



SENADO EM CRISE

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) gastou seis horas para tentar mostrar ao Conselho de Ética do Senado que é inocente no caso da violação do painel eletrônico de votação. Mas a maioria de seus colegas não acreditou em sua versão

Não convenceu

Daniela Nahass
Da equipe do Correio

Você tem o direito de ficar calado, pois tudo que disser poderá ser usado na Justiça contra você.

Esse bordão dito nos filmes policiais americanos (que significa manter-se em silêncio nas horas complicadas para que a situação não fique ainda pior) era a única alternativa para senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) evitar uma provável abertura de processo de cassação contra ele.

Mas ACM resolveu falar. E falou por seis horas. Ao final de seu depoimento ontem no Conselho de Ética no Senado, Antonio Carlos estava com o mandato por um fio, uma situação inédita para um político que há 47 anos convive de perto com o poder.

Com um discurso evasivo, sem ter conseguido dar respostas convincentes a questões-chaves sobre o episódio da violação do painel, o senador pagou pela incontinência verbal que lhe é peculiar.

O depoimento do ex-presidente do Senado não convenceu os integrantes do Conselho de Ética da sua inocência no caso de violação do painel eletrônico.

Dos 15 senadores titulares do Conselho ouvidos pelo Correio, oito afirmaram que Antonio Carlos não conseguiu explicar por que não tomou providências quando recebeu uma lista com os votos dos senadores que cassaram Luiz Estevão.

Os senadores também consideraram que o ex-presidente faltou com a verdade ao afirmar, por diversas vezes, que não conhecia a lista e que era impossível violar o painel eletrônico. Em pelo menos em três ocasiões, em plenário, o senador baiano negou a existência da lista.

CONTRADIÇÕES

Eles não aceitaram a justificativa apresentada pelo ex-presidente do Senado para não tornar pública a violação. Antonio Carlos disse que não contou que o painel havia sido violado para preservar a instituição (o Senado) e para evitar que o Congresso fosse alvo das manchetes dos jornais. Não colou.

O relator do caso no Conselho de Ética, Roberto Saturnino (PSB-RJ), não conseguiu disfarçar sua insatisfação com o depoimento. Polido, evitou usar a palavra "mentira", mas acusou ACM de fazer "afirmações não verdadeiras".

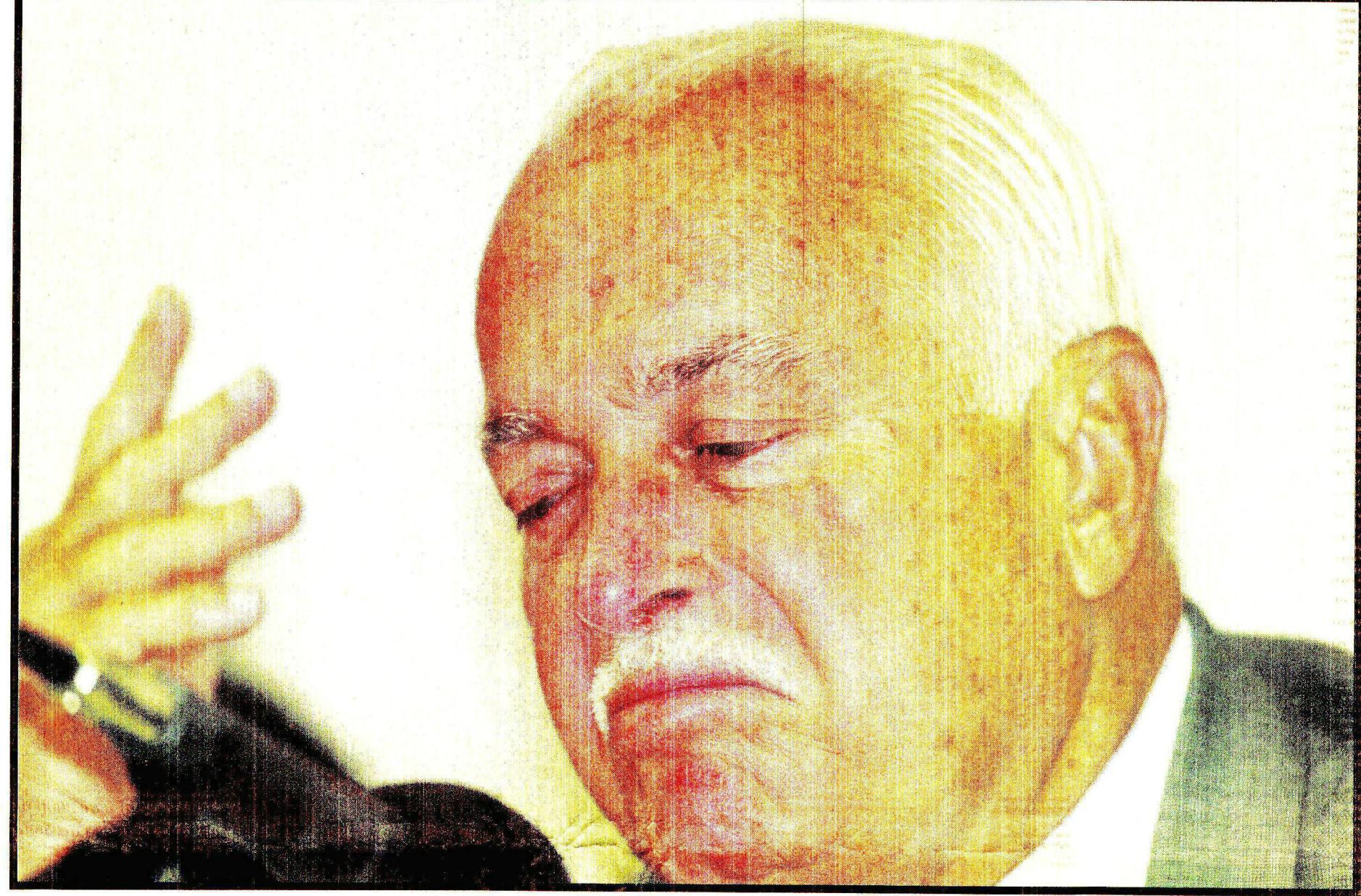
A versão de ACM não convenceu porque é frágil em vários aspectos. Vejamos:

■ Por que Antonio Carlos não se indignou com o senador José Roberto Arruda, que lhe levou a lista com os votos, confessando assim um crime (o da violação do painel)?

■ Por que Antonio Carlos nem sequer repreendeu a ex-diretora do Prodasen Regina Celia Peres Borges, autora da fraude? Pressionado, ACM disse que admoestou (reprimiu levemente) Regina depois da violação. Mas, em sua primeira versão, a que leu na comissão, o senador disse que ligou para tranquilizá-la: "A senhora tem serviços prestados ao Senado. Não fique nervosa".

■ Confrontado com a pergunta anterior, ACM disse que não a recriminou por razões humani-

Ronaldo de Oliveira



O EX-PRESIDENTE DO SENADO ADMITIU EM DEPOIMENTO QUE RECEBEU A LISTA MAS QUE MENTIU QUE A POSSUÍA PARA MANTER A CASSAÇÃO DO SENADOR LUIZ ESTEVÃO

tárias, uma vez que a funcionária estaria, então, adoentada. Mas em seu depoimento, entretanto, Regina disse que passou a noite anterior a cassação ao relento esperando a chegada de um técnico que iria ajudá-la na violação do painel;

■ Antonio Carlos alegou que a lista poderia ser falsa. E que só acreditou que teria havido violação quando a Universidade de Campinas (Unicamp) comprovou a fraude. Ora, por que ele não chamou Regina Borges e não perguntou se a lista era autêntica ou não assim que a recebeu de Arruda? Ela o diria que se tratava de uma lista extraída do painel de votação.

■ Por que ACM não foi ao plenário quando a Unicamp comprovou a violação e não contou o que sabia? Antes da comprovação, ele poderia alegar, como alegou, que guardou segredo para defender a imagem do Senado. Mas por que não o fez depois da comprovação?

■ Se pretendia guardar segredo para preservar a instituição, como afirmou, por que Antonio Carlos falou sobre a lista com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e com três procuradores da República. O ex-presidente do Senado também comentou o conteúdo da lista com pelo menos outros três senadores.

Luiz Estevão foi cassado porque faltou com a verdade. Nesse caso também houve a falta da verdade. No Conselho de Ética, quando há falta da verdade, está previsto a abertura do processo. Temos que cumprir o que diz a lei. ACM faltou com a verdade, mesmo dizendo que foi para proteger o Senado", disse o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), tanto Arruda como ACM são "réus confessos". O senador considerou o depoimento do ex-presidente do Senado inconsistente. Os outros três senadores do PFL que fazem parte do Conselho de Ética — Waldeck Ornelas (BA), Paulo Souto (BA) e Francelino Pereira (MG) — consideraram que Antonio Carlos foi coerente em seu discur-

so e apoiaram as justificativas apresentadas por ele.

"ACM tinha dúvidas quanto a autenticidade da lista e por isso não puniu Regina Borges. Ele evitou uma crise institucional, estávamos em um momento delicado. A partir do momento em que saiu o laudo da Unicamp, ele revelou os fatos. Não há necessidade de acareação. Ele colocou os pingos nos 'is' e agora a opinião pública vai julgar", disse Ornelas.

Paulo Souto considera que ficou claro que não houve participação de Antonio Carlos na violação do painel. Para o senador, tudo o que Arruda e Regina falaram a respeito da participação de ACM no episódio está impreciso. Souto considera que o ex-presidente do Senado tomou a decisão certa ao não divulgar a violação do painel.

"Ele decidiu por manter um segredo porque o Senado poderia sofrer consequências. Foi a melhor opção", disse. Francelino Pereira também considerou que Antonio Carlos agiu de maneira certa, mas acredita que só poderá fazer um juízo sobre a posição do colega de partido após o depoimento de Arruda.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), apesar de ter atacado fortemente o ex-presidente do Senado durante o seu depoimento, preferiu a discreição ao final da sessão. Disse que não poderia opinar porque terá que votar e voltou a afirmar que votou pela cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

"Se fosse diferente, ele teria votado e se tivesse falado que eu votei contra a cassação, seria um mentiroso e covarde". O presidente do Conselho, Ramon Tebet (PMDB-MS) e os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Amílcar Lando (PMDB-RO) também preferiram não comentar o depoimento de Antonio Carlos. "O meu julgamento é no voto", justificou Alcântara.

AS CONTRADIÇÕES

■ O depoimento do senador Antônio Carlos Magalhães ao Conselho de Ética reforçou as contradições das informações prestadas anteriormente pela ex-diretora do Prodasen Regina Peres Borges e pelo senador José Roberto Arruda (sem partido/DF), sobre sua participação no processo de violação do painel de votação do Senado. As contradições reforçadas ontem são as seguintes:

INICIATIVA

■ Segundo Regina Borges, Arruda lhe "pediu" na noite anterior à cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em nome do então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que obtivesse a lista da votação secreta. Arruda negou, em discurso da tribuna, que tivesse pedido a lista e que tivesse mencionado ACM. Ele disse que apenas "consultou" a ex-diretora sobre a possibilidade de obtenção dos votos.

LISTA

■ Regina Borges disse que Arruda lhe cobrara, em várias ocasiões, no dia da votação, a entrega da lista, para ser encaminhada a ACM. Arruda negou a cobrança. Disse que recebera telefonema de Regina, dizendo que precisava entregar um documento, e que incumbiu seu assessor Domingos Lamoglia da recepção do documento. ACM negou as duas versões. Contou que recebeu a lista de Arruda, sem explicar por que a relação lhe fora entregue.

TELEFONEMA

■ Regina Borges disse que na noite do dia da cassação recebeu telefonema de ACM, agradecendo a obtenção da lista. Arruda disse ter presenciado, no gabinete de ACM, ao telefonema de agradecimento. Não soube explicar por que o agradecimento, uma vez que ele mesmo disse que o ex-presidente do Senado não pedira a lista. ACM negou o telefonema de agradecimento. Disse que falara com Regina sobre assuntos funcionais.

ADULTERAÇÃO

■ Regina Borges garantiu que não houve adulteração dos votos dos senadores, mas apenas a quebra de seu sinal. Arruda questionou a declaração da ex-diretora, alegando a rapidez com que a violação fora feita. ACM usou o laudo da Unicamp para afirmar que não houve nenhuma adulteração da votação, embora essa afirmação não seja verdadeira.

CALVÁRIO

■ Regina Borges relatou vários encontros e telefonemas trocados por ela com ACM e Arruda, depois que a imprensa começou a noticiar indícios da violação do painel. Arruda lhe recomendara sigilo, até "sob tortura". Arruda confirmou encontros, mas os atribuiu à preocupação da ex-diretora com a possível descoberta da fraude feita por ela. ACM negou ter tratado da violação do painel nesses encontros, mas assuntos administrativos do Prodasen.